

ÍNDICE

Agradecimentos	7
Prefácio de <i>Paulo Pinto de Albuquerque</i>	9
Abreviaturas	15
Introdução	19

Cap. 1

Premissas definitórias em matéria de litispendência

1. A litispendência penal	21
2. Figuras e definições de litispendência.....	29
3. Características essenciais da litispendência.....	33
4. Conceito e vício de litispendência	37
5. Casos de litispendência entre defeito de jurisdição e incompetência	41
6. Litispendência penal e <i>ne bis in idem</i> processual	45
7. Perfis constitucionais da litispendência	46
8. Projeções supranacionais das garantias do <i>ne bis in idem</i> e litis- pendência.....	51
9. Investigação preliminar e litispendência	59

Cap. 2

Conteúdo e modalidades atuantes da litispendência

1. Preclusões e litispendência	61
2. <i>Ne bis in idem</i> e exercício da ação penal	67
3. Relações derivadas da proibição de duplo processo e da proibição de duplo trânsito em julgado	71
4. <i>Ratio</i> da proibição de reiterar a ação penal	79
5. A proibição de duplo procedimento e a proibição de dupla decisão	87
6. Aspectos gerais da proibição de duplo procedimento	90
7. <i>Ne bis in idem</i> e pedido de decisão: duplo procedimento incidental	92
8. O <i>ne bis in idem</i> investigativo	95

Cap. 3

O problema da litispendência entre direito positivo e fato

1. A interpretação do requisito do “ <i>idem</i> ” e a sua adaptação à litispendência	99
2. Espaços de duplicação simultânea de processos por crimes em concurso formal	108
3. Relações derivadas da proibição de duplo processo e da proibição de duplo trânsito em julgado	116
4. O impulso da jurisprudência supranacional à consideração da identidade histórica dos fatos objetos de dois procedimentos	121
5. O critério empírico da compatibilidade dos fatos históricos e a cumulatividade das imputações em procedimentos paralelos	126
6. A identidade do fato e a sua qualificação penal segundo a orientação jurisprudencial europeia	136
7. A identificação do fato na investigação preliminar	142

Cap. 4

A litispendência cautelar

1. Novidade probatória e mudança do objeto após o “trânsito em julgado cautelar”	153
2. A controversa relevância das mudanças probatórias na litispendência cautelar	156
3. O <i>ne bis in idem</i> diante as mudanças da <i>fattispecie</i> judiciaria cautelar	161

Cap. 5

O regime normativo da litispendência

1. Litispendência, improcedibilidade e absolvição	167
2. Relevância da dúvida na litispendência	174
3. A obrigação de declarar imediatamente a improcedibilidade causada pela litispendência	178
4. A identificação da litispendência no processo entre <i>ne bis in idem</i> e favor <i>rei</i>	183
5. A litispendência na investigação preliminar	187
6. Consequência da violação do <i>ne bis in idem</i> investigativo	193
7. Perfis normativos da litispendência cautelar	195
Referências bibliográficas	201